

1. Introdução;
2. Estratégias de sobrevivência;
3. Visão do mundo.

Arakcy Martins Rodrigues**

MULHER E FAMÍLIA ENTRE OPERÁRIOS E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS: UMA COMPARAÇÃO*

1. INTRODUÇÃO

Em dois trabalhos empíricos consecutivos, realizados em 1977 e 1978, estudamos duas categorias sócio-profissionais, utilizando a mesma metodologia e o mesmo referencial teórico; propúnhamo-nos, desde sempre, um estudo comparativo. Neste documento tentamos, pela primeira vez, traçar certos paralelos em relação a algumas dimensões estudadas nessas pesquisas.

No primeiro deles, um grupo de operários, esposas de operários e operárias foram objeto de pesquisa, com a utilização do *discurso livre*¹ para a coleta de dados, e dentro de um marco teórico no qual cada biografia era apreendida enquanto alternativa dentre as possíveis, para cada categoria sócio-profissional; assumíamos, ainda, o suposto de que a história do grupo, isto é, a vivência das mesmas condições materiais de existência, historicamente dada, nos permitia a utilização do constructo "*habitus* ou *ethos* de classe", princípio estruturado a partir das condições sócio-econômicas do grupo e estruturante, por sua vez, do conjunto de práticas e representações dos indivíduos.²

As famílias operárias estudadas apresentaram um padrão bastante homogêneo quanto à origem, estratégias de sobrevivência e visão do mundo. Ou, melhor, as diferenças ou *desvios* encontrados puderam ser referidos a um mesmo modelo, decomposto em suas alternativas históricas e conjunturais possíveis.

A análise dos dados sobre operários já foi publicada³ e nos serviu de base para alguns documentos apresentados em seminários e conferências.

A segunda pesquisa⁴ incidiu sobre um grupo de funcionários públicos de baixa renda.⁵ Ao elegermos um tipo de vínculo empregatício (funcionários do estado) e uma faixa de renda, defrontamo-nos com indivíduos alocados nos mais diferentes tipos de tarefa e instituição, diversificando sobremaneira os casos sob estudo.

As diferenças que encontramos entre os casos levaram-nos a distinguir dois tipos básicos, que, por sua vez, se subdividiam, cada um, em outros dois subgrupos.

O primeiro tipo constitui-se de funcionários alocados em tarefas manuais. Ocupam cargos pouco valorizados, de longas e duras jornadas, muito semelhantes ao trabalho industrial. Não se distinguem do grupo dos operários, quer pela origem, grau de escolaridade, religião, quer pelas estratégias de vida e visão do mundo. Diferenciamos nesse conjunto os funcionários alocados em tarefas manuais que trabalhavam em instituições de saúde e de ensino. Devido ao tipo de contacto que desenvolvem com o público e à proximidade em relação aos escalões mais altos (geralmente profissionais liberais) apresentam um padrão de aspirações e práticas que, na nossa opinião, representa o ponto de inflexão da incorporação de *habitus* de classe média. Trata-se de profissões de *representação*, que exigem uma disposição de incorporar valores de estratos mais altos.

43

* Documento apresentado à I Reunião do Subgrupo sobre Participação Feminina no Mercado de Trabalho do Grupo Ocupação-Desocupação da CLACSO, em Montevidéu, em dezembro de 1979.

** Professora de psicologia da EAESP/FGV; autora do livro *Operário, operária*, São Paulo, Símbolo, 1978.

O segundo tipo é composto de funcionários que ocupam cargos não-manuais, embora de baixos salários, como datilógrafos, escriturários, etc. Diferenciamos, nesse grupo, os indivíduos que ocupam funções mais intelectualizadas, que desempenham tarefas impossíveis de serem totalmente fragmentadas e burocratizadas, como os professores primários, que sofreram reduções gradativas do seu salário real ao longo dos últimos anos.

Sempre que falarmos de *funcionários*, ao longo deste trabalho, estaremos nos referindo às partes centrais desse *continuum*, isto é, aos segmentos que definem a si mesmos como “classe média”, compostos do segundo subgrupo do primeiro tipo e do primeiro subgrupo do segundo tipo. Em conseqüência dessa escolha, a análise de funcionários, neste trabalho, baseia-se em apenas nove casos. O total de casos estudados foi de 22.

Tentaremos uma comparação entre o grupo de operários e de funcionários, no que se refere a alguns aspectos das estratégias de sobrevivência e de visão do mundo.

As idéias apresentadas neste trabalho, bem como as das pesquisas que o fundamentam, não possuem caráter conclusivo, constituindo hipóteses sugeridas por levantamentos de tipo qualitativo.

2. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

2.1 Grupo domiciliar

Entre os operários, cada família ocupa um domicílio, embora, muitas vezes, diversas casas estejam num mesmo terreno, sob o mesmo endereço. Existe na história dos pais de família referências à desintegração familiar, que assume a forma de *dar* filhos para criar, ou de enviar filhos para a casa de algum parente (tias, avós), ou de padrinhos. Entretanto, esse padrão é o da infância dos chefes de família de hoje, e ocorreu no campo, antes da migração. O modelo atual entre os casos estudados é o do agrupamento domiciliar da família conjugal.

As poucas exceções encontradas, tanto pelo número como pelas circunstâncias em que se inscrevem, não ameaçam essa afirmação. Por exemplo, encontramos filhas desquitadas que voltaram à casa paterna; uma família que morava há três meses na casa do pai da mulher e já estava de mudança para sua própria casa. Essa última situação era transitória e muito excepcional: a casa fora desmanchada porque a família se mudara para outra cidade, onde o operário tentara estabelecer-se por conta própria, em sociedade com um irmão. O rompimento brusco e radical entre os sócios não permitira o mínimo de tempo necessário para a reorganização das condições de moradia e emprego na capital. Em outros casos, há uma aparente coabitação de família extensa: algumas operárias informam que na época em que eram empregadas domésticas, *moravam* na casa de irmãos casados ou outros parentes; entretanto, a coabitação se limi-

tava a passar os períodos de folga — poucas horas semanais — na casa desses.

Os operários habitam zonas de povoamento recente, na periferia da cidade. As famílias tendem a ser numerosas. Os problemas de sobrevivência são resolvidos dentro das fronteiras da própria família conjugal.

Os recursos disponíveis estão inteiramente alocados nas funções de sobrevivência primária. Geralmente são insuficientes para o pagamento do aluguel e da comida. Existe grande preocupação em torno desse déficit crônico e todas as esperanças estão investidas na possibilidade de um excedente que permita a construção de uma casa própria, ou pelo menos a compra de um terreno.

Um modelo muito diferente aparece entre os funcionários públicos. Nesse grupo, o ponto nodal da estratégia de sobrevivência parece consistir na diminuição máxima dos recursos investidos na sobrevivência propriamente dita, isto é, na moradia e alimentação, com a conseqüente maximização dos recursos assim liberados para a utilização no consumo de bens simbólicos, tais como lazer, cinema, teatro, viagens, e de bens materiais mais sofisticados, como vestimenta, aparelhos eletrônicos, etc.

A tática de minimização dos recursos necessários para morar e comer reside basicamente em arranjos no agrupamento domiciliar. Encontramos, quase na mesma proporção, parentes, grupos de amigos, coabitação marital e pensionistas. A hipótese segundo a qual o agrupamento domiciliar está a serviço de uma estratégia de vida mais global é confirmada, na nossa opinião, pelos casos em que o parentesco não constitui o critério para a reunião, como o de pessoas cujas famílias residem em outra cidade e que compõem uma unidade doméstica baseada na amizade; no exemplo de coabitação de casal onde a disparidade de idade e as queixas da mulher (membro mais velho do casal) quanto ao desinteresse afetivo do parceiro nos levam a pensar que a união está prioritariamente servindo de respaldo para o agrupamento domiciliar; no extremo de tendência, nas diversas famílias que oferecem moradia e pensão a pessoas fora de seu círculo familiar e de amizade.

A família conjugal constituindo uma unidade doméstica parece ser minoritária⁶ dentro desse grupo; apenas dois dos nove casos se inserem nesse caso. Os restantes compõem diferentes formas de agrupamento, a saber: agrupamentos entre membros de família extensa — casal com filhos morando, desde o casamento, na casa da mãe da mulher; homem solteiro de 30 anos na casa da irmã casada; famílias extensas ocupando casas do mesmo terreno, de propriedade de um dos membros da família; grupo de amigos dividindo apartamentos; sublocação de cômodos para pensionistas; união marital, entre mulher de 40 anos e jovem de 20 morando no apartamento dela.

Esse grupo habita zonas antigas da cidade, ou em pequenos apartamentos do centro, e paga aluguéis muito baratos, em comparação com o preço de locação de barracos nas regiões mais novas e periféricas

da cidade, ocupados pelos operários. Ademais, a estratégia de agrupamento consegue baratear ainda mais todos os custos do nível primário de subsistência: a divisão do aluguel, o barateamento da alimentação em escalas mais largas, a possibilidade de se pagar uma empregada ou pelo menos uma diarista com um mínimo de gasto individual levam à possibilidade de se conseguir, apesar dos salários relativamente baixos, um excedente para outros gastos.

Evidentemente, faz-se necessária muita disciplina para que o montante de dinheiro disponível atinja todas as áreas do consumo desejado.

O número de filhos é pequeno nesse grupo. Os próprios agentes têm consciência de que devem o tipo de vida que têm ao controle no número de filhos e nos gastos, e percebem igualmente as vantagens do agrupamento.

O material colhido no grupo dos funcionários oferece outros indícios acerca da forma de distribuição dos recursos, que inclui muitos *malabarismos* no sentido de lograr um precioso excedente que constitui, para esse segmento social, a possibilidade de apropriação dos *sinais de distinção*⁷ que o diferenciam das classes baixas.

2.2 Divisão sexual do trabalho

Os operários estudados apresentam, seja a nível de prática real, seja a nível normativo ou de aspirações para o futuro ou ideal, uma fronteira muito nítida entre o trabalho que deve ser realizado pelo homem e pela mulher. Na maioria dos casos, aquilo que a mulher faz ou deveria fazer não recebe o nome de *trabalho*, e isso contribui para demarcar ainda mais fortemente os campos de atuação de cada sexo.

Enormes expectativas recaem sobre o homem, no que se refere ao suprimento de tudo o que a família precisa obter fora do âmbito familiar. Essa função de provimento de fronteira não se refere apenas ao dinheiro, embora seja esse o principal insumo.

As recorrentes *exceções* a esse modelo ideal não logram destruir sua força. Pelo contrário, fatos são *corrigidos* na consciência dos agentes, no sentido de manter o padrão. Tentaremos resumir o que ocorre nesse sentido em cada etapa do ciclo vital da família. O homem é geralmente ajudado pela companheira antes do casamento, quando se trata de reunir as condições para a formação da nova unidade doméstica. Assim, são muito comuns os casos em que a construção de uma casa, os móveis, a festa de casamento, sejam despesas partilhadas pelo casal. É igualmente bastante comum a profissionalização da mulher logo ao início do casamento. O caráter transitório da atividade remunerada feminina é muito explicitado, e as mulheres costumam deter-se para esclarecer: “Estou trabalhando por enquanto, para ajudar um pouco, mas ele já disse que não vai deixar depois que vierem os filhos.”

Esse prazo para o encerramento da vida profissional representa o adiamento da proposta original que

é a do abandono do emprego ao casar. Essa hipótese nos foi sugerida pelo fato de que as moças que “namoravam firme” ou estavam noivas declaravam que trabalhariam só até o casamento, enquanto entre casais jovens encontramos a mulher trabalhando “só” até a chegada dos filhos.

Por constituir uma *exceção* à norma, o trabalho feminino, nessas circunstâncias, é mais facilmente subestimado. Essa é uma entre a série de saídas desse tipo que atuam no sentido de diminuir, ou mesmo anular, o peso da contribuição feminina à sobrevivência da família. Não só o trabalho doméstico, não remunerado, passa despercebido, como o trabalho remunerado é geralmente minimizado. O fato de esse trabalho não ser contínuo, por sofrer as interrupções que acompanham as circunstâncias da etapa do ciclo vital que a família está atravessando no momento,⁸ faz dele, igualmente, uma instância propícia às *correções* subestimadoras. Outra razão que contribui para a percepção reduzida do trabalho feminino é o fato de a mulher não abandonar suas atividades e responsabilidades domésticas, incluindo-se aí sua autodefinição e orientações psicológicas. A própria mulher contribui muito, por meio das correções, projeções e introduções inconscientes, para manter-se numa posição *feminina*, assegurando ao homem o cumprimento dos papéis *masculinos*.

As tentativas de preservar a norma até os limites do possível, ou corrigir os fatos quando eles a negam ficam muito evidenciadas em inúmeras práticas e representações. Podemos mencionar os casos em que a mulher só entrou para o mercado de trabalho (ou conseguiu assentimento do marido para tanto) depois que a família atingiu uma situação financeira desesperadora, outros em que a morte ou a invalidez do marido tiveram que anteceder o ingresso, etc.

A dicotomia homem-mulher é vivida intensa e dramaticamente, uma vez que todas as dificuldades, que não são poucas nesse grupo, encontram sua explicação última no não cumprimento dos deveres de cada membro do par. Embora as queixas masculinas apareçam, e se refiram principalmente à incapacidade da mulher para gerir mais corretamente os recursos, é na área das acusações femininas contra o homem que vamos perceber todo o peso das expectativas; em muitos casos, a própria condição de classe está subordinada direta e simplesmente à incompetência do homem para realizar a contento seu papel.

O único caso de companheirismo e compreensão que encontramos no grupo de operários foi o de um casal sem filhos, onde havia, excepcionalmente, uma figura materna (mãe da mulher), percebida como “rica” pela filha e que devia ajudá-los mais, em sua opinião. A carga de queixas e acusações, poupada ao marido, incidia totalmente sobre a mãe.

Entre os funcionários, encontramos uma configuração muito mais difusa na divisão de papéis. Em alguns casos, ambos, marido e mulher, são funcionários públicos. O número limitado de filhos, ou a ausência de menores nos agrupamentos domiciliares fazem com que as tarefas domésticas não sejam tão

pesadas. O agrupamento permite a contratação de empregadas domésticas, ou pelo menos diaristas que realizam os trabalhos mais duros. A cotização dessa despesa entre os moradores faz recair quantias mínimas para cada um. Dois dos casos de presença de menores na família (apenas dois, em ambos os casos) são os de casais que moram com a mãe da mulher.

Num dos raros casos de família conjugal agrupada num domicílio encontramos um agrupamento domiciliar de família extensa relativamente encoberto: a criança menor passava a semana na casa da avó e os fins de semana na casa dos pais. O mesmo ocorrera com o primeiro filho, nos seus primeiros anos de vida.

Muitos dos casos estudados ocupavam pequenos apartamentos de centro, fato que contribui, igualmente, para uma relativa diminuição da carga das atividades domésticas.

Quer-nos parecer, ainda, que as preocupações com a alimentação são menores neste grupo, em comparação ao dos operários. Entre esses últimos, a presença de muitas crianças na casa, a necessidade de levar comida pronta para os que não voltam para o almoço, hábitos de alimentação do mundo rural, etc. fazem com que a compra e a preparação da comida seja uma preocupação constante, principalmente entre os que não logram atingir os níveis desejados de alimentação. Este assunto está praticamente ausente no discurso dos funcionários. Muito provavelmente, a alimentação se inclui entre os itens de sobrevivência básica que deve merecer a menor parcela possível dos recursos financeiros disponíveis.

Assim, a mulher, entre os funcionários, mesmo quando não trabalha remuneradamente, desempenha tarefas que não diferem tão radicalmente das masculinas quanto ao grupo de operários. As que trabalham fora de casa não sentem, igualmente, que seu lugar seria em casa. O trabalho que realizam fora do lar, por sua vez, não possui as características brutalizadoras do trabalho operário, nem do ponto de vista da duração da jornada nem no que se refere ao esforço investido na própria tarefa. A administração dos recursos, principalmente o planejamento das despesas, que é um item fundamental na estratégia de sobrevivência, conta com a participação feminina. No seu discurso, a funcionária pública ou a mulher de funcionário não revelam maiores exigências quanto ao desempenho masculino; é comum encontrarmos colaboração e compreensão entre os membros do casal.

Isso não quer dizer, entretanto, que a percepção dos funcionários alcance maior complexidade em relação às determinações sociais que os envolvem. Tudo leva a crer que toda a carga de expectativas recai sobre o estado, que “deveria” resolver tudo. Mas não se trata do estado em suas implicações sociais, políticas, econômicas, mas enquanto patrão todopoderoso, ou mesmo pai onipotente que deve cuidar melhor de seus filhos. Em resumo, o que parece estar ocorrendo é o deslocamento dos mesmos tipos de ex-

pectativa que os operários têm em relação ao homem para o estado.

Nessa configuração, na medida em que ambos são “filhos”, dependentes, carentes, em relação ao pai, a diferenciação sexual não pode ser a fronteira mais importante.

Encontramos, portanto, o mesmo companheirismo e compreensão da mulher em relação ao marido já esboçado no caso da operária que havia deslocado suas expectativas para a figura da mãe. Para reforçar essa idéia, encontramos, no ponto mais extremo dessa espécie de *continuum*, o discurso da mulher de um funcionário público que não trabalha e mora, desde o casamento, em casa de sua mãe; explica ao entrevistador que, segundo sua mãe, o marido é vagabundo. Ela, entretanto, acha isso uma calúnia, acha natural que ele durma até o meio-dia porque seu expediente é à tarde, diz que ele está fazendo o possível para poderem mudar-se para uma casa própria e se livrarem da perseguição da mãe; esse “possível” é jogar todas as semanas na Loteria Esportiva.

2.3 Distribuição de papéis na família

Entre os operários, a necessidade de aumentar os recursos leva os de menor qualificação a colocarem os filhos no mercado de trabalho, assim que seja possível. Em muitas famílias, a criança é investida do duplo dever de trabalhar e estudar. O estudo é enfatizado como muito importante ao nível do discurso e das pressões sobre a criança, mas, ao mesmo tempo, o produto de seu trabalho remunerado é imprescindível na economia doméstica. Entre os operários mais qualificados, existe de fato a intenção de poupar as crianças de outros encargos para permitir sua escolarização. Essa nunca atinge os níveis almejados, na realidade, mas existe nos pais a percepção de que esse será mais um dos seus sonhos frustrados, gerando muita angústia.

O encaminhamento dos filhos para o mercado de trabalho obedece a um padrão bastante nítido entre os operários menos qualificados. Trata-se de famílias muito numerosas, onde, assim que possível as figuras do pai e da mãe da família se duplicam nos filhos mais velhos. A distribuição dos papéis entre os filhos obedece à dupla determinação da idade e do sexo deles. Evidentemente, os filhos mais velhos se incumbem da duplicação no momento em que atingem uma idade suficiente para tanto. O que nos chama a atenção são as modalidades que assumem as atribuições de papéis e sua eternização.

As maiores expectativas quanto a um retorno futuro dos investimentos sobre os filhos recaem sobre os filhos homens, de qualquer idade. Entretanto, mais uma vez, não são as normas ou as expectativas que se cumprem. De fato, os filhos homens mais velhos são os primeiros a partilhar com o chefe de família as responsabilidades ligadas à sobrevivência econômica do grupo familiar. Entretanto, a determinação do sexo não atinge da mesma maneira os filhos homens mais jovens, que são e se mantêm como protegidos. As fi-

lhas mais velhas assumem igualmente, assim que possível, parte da responsabilidade de sobrevivência e proteção.

Na etapa posterior do ciclo vital da família, aquela que corresponde à juventude e idade adulta dos filhos mais velhos, os homens abandonam seu papel de duplicação e se casam; é comum, nesse momento, apropriarem-se do produto do esforço conjunto de família, geralmente a casa construída para a mãe. Durante a fase dessa acumulação, as filhas mais velhas contribuem mais do que a família está disposta a reconhecer para a efetivação de todos os empreendimentos conjuntos da família. O fato de certas tarefas serem atribuídas ao homem, como compra de material, construção propriamente dita da casa, etc., aliado às fortes expectativas de que os homens provêm esse tipo de coisas ao grupo familiar, leva a inúmeras *correções* que tendem sistematicamente a subestimar a contribuição feminina, tanto a da mãe de família como a das filhas mais velhas. Assim, sentindo-se o único provedor, o filho mais velho vê como sua a casa construída. Mesmo quando a apropriação não ocorre, o filho mais velho, ao se casar, abandona seus encargos, que serão assumidos pelas filhas mais velhas. Encontraremos esse padrão sempre que haja, na fratria, filhas mulheres ocupando um dos primeiros postos (até o terceiro, geralmente) na ordem de nascimento. Em famílias onde todos os filhos são homens, ou existem mulheres apenas nas últimas posições, o casamento do mais velho fica muito dificultado, e chegamos a encontrar celibato masculino nesses casos bastante raros.

O casamento de um ou mais dos filhos homens completa a atribuição dos papéis de proteção e sobrevivência às filhas mais velhas. Essas, geralmente, acumulam papéis maternos e paternos em relação aos irmãos menores e, em certos casos, em estágios mais avançados do ciclo vital da família, em relação aos próprios pais.

A transitoriedade da responsabilidade pela família por parte dos filhos homens mais velhos faz com que encontremos recorrentemente o *esteio* representado por uma das filhas mais velhas. Nas famílias onde existem duas mulheres entre os mais velhos, aparece a divisão tradicional de papéis maternos e paternos duplicados nelas: encontramos uma se ocupando da obtenção de meios materiais de sobrevivência e a outra desempenhando os papéis de proteção da família.

Entre os funcionários, a diferença etária representa uma dimensão muito mais importante que a sexual. As crianças são poupadas para poderem dedicar-se aos estudos. A própria reprodução das condições atuais do grupo depende de escolaridade. Muitos chefes de família estão cômicos de que atualmente não conseguiriam seus empregos sem diploma e sem concurso.

A prioridade de estudo para o filho homem também não é tão visível, e os filhos são muito mais definidos como "crianças" em oposição a "adultos" e "velhos".

Talvez se possa dizer que o operário tem sonhos muito mais ambiciosos em relação a seus filhos (ser médico, estabelecer-se por conta própria num ramo lucrativo, etc.), e não pode realizá-los. Os funcionários aspiram à cristalização nas classes médias, em camadas um pouco mais altas, onde o risco de cair para uma proletarização estejam mais distantes que na sua própria biografia. Ao que tudo indica, as estratégias utilizadas no momento têm grande probabilidade de lograr a realização dessa meta.

3. VISÃO DO MUNDO

As dimensões que analisamos, bem como outras que não cabem no âmbito deste trabalho, vistas isoladamente, carecem de um quadro referencial para serem verdadeiramente compreendidas. Apenas dentro de um contexto mais amplo, formado pela história das condições materiais de existência do grupo e da formação de *habitus* e *ethos* decorrentes dessa trajetória é que podemos captar a estruturação interna e a lógica do conjunto de representações e práticas exibidas pelos agentes.

Os operários vêm de uma experiência rural muito recente. Todos os casos que estudamos são de migrantes, variando a idade de chegada à capital e a permanência em outra cidade menor antes. Dentro desse grupo, a sobrevivência é função do trabalho físico que um indivíduo pode realizar. O uso social do corpo, historicamente, imprime às características físicas (força, resistência) uma importância primordial. Além disso, as tarefas produtivas, tanto no campo como no meio urbano industrial, possui uma concreção que toma conta do próprio pensamento. Aquilo que pode ser obtido através do trabalho físico é variável em função do maior esforço despendido ou do maior número de horas trabalhadas. Evidentemente, a faixa de variação é maior na percepção dos agentes do que o é objetivamente. O desenvolvimento profissional está referido à obtenção de maior qualificação, o que significa novas habilidades a nível manual. A rotatividade nos empregos urbanos, assim como a mudança radical no processo migratório, imprimem à cultura interna do grupo a representação de que existe algo a ser buscado fora, algo que varia, que melhora; a perspectiva temporal entre os operários indica um futuro repleto de possíveis coisas novas e melhores.

A ênfase na dimensão corporal, aliada ao desconhecimento da trama social mais ampla que envolve seu trabalho, sua situação enquanto grupo e as instâncias sociais e políticas em geral, fazem das práticas e representações operárias uma luta corpo a corpo com o mundo. Os aspectos da realidade que lhes são dados para manejar são poucos; basicamente, o controle de seu próprio consumo e ambição, a possibilidade de aumentar a jornada de trabalho, as oportunidades para adquirir maior qualificação. Isso os leva a pensamentos obsessivos, recorrentes, acerca do tempo e do dinheiro. Encontramos inúmeras vezes fantasias de ubiquidade, cálculos de jornada que pressupõem um dia com mais que 24 horas, etc.

Outra saída possível é estabelecer-se por conta própria. Os operários que já passaram por essa experiência detêm-se longamente para explicar ao entrevistador o quanto o dinheiro ganho dessa forma era igualmente custoso, principalmente no que se refere ao trabalho e cansaço corporal. Quer-nos parecer que isso reforça a equação trabalho físico-dinheiro, que pudemos detectar em outras passagens dos discursos.

Entre as mulheres, as fantasias de ganhar dinheiro “fácil” estão associadas com casamento ou prostituição. Em casos menos radicais, a alternativa de deixar os supervisores “passarem a mão” para obter diminuição da carga de trabalho. Ainda uma vez, fica evidenciado o uso do corpo.

As *transgressões* da ordem estabelecida se inserem no mesmo quadro. Ausências ao trabalho se justificam por doença; alguns especialmente “espertos” conseguem licenças de trabalho sem apresentar doenças muito graves. Só através do colapso físico é possível esquivar-se de um trabalho físico e psiquicamente embrutecedor.

Mas o trabalho não produz apenas cansaço físico. Ele é sinônimo de transformação da matéria, tanto no mundo rural como no mundo urbano industrial. O dinheiro é conseqüência de uma ação concreta e palpável; os operários geralmente narram com detalhes sua tarefa e o tipo de habilidade requerida para executá-la.

Inversamente, o que existe de bom e gratificante também reside no corpo. O fato de que gozar-se de boa saúde constitui felicidade é sempre lembrado. Com variações, muitos casos repetiram a idéia contida no seguinte trecho: “Minha vida é boa, eu sou feliz; infeliz é o coitado que está numa cama, que não pode andar.”

Essa representação poderia ser interpretada como a redução ao mínimo possível de tudo o que pode ser ambicionado. Entretanto, níveis mais profundos nos parecem estar envolvidos. Provavelmente, a doença é o único fator irreversível, dadas as fantasias de que o futuro oferece um leque de alternativas infinito; a mudança para melhor será obtida através do corpo. Além disso, a vivência do desconforto físico, seja pelo cansaço, pela carência alimentar, por pequenas doenças pelas quais não se deve ir ao médico, etc. deve ser uma constante nesse grupo. Poderíamos lembrar ainda que o indivíduo se define pela sua capacidade física, e não pela lista de atributos de que resulta a especificidade de uma pessoa em outras classes sociais. Nesse contexto, as diferenças entre as características físicas e as funções biológicas entre a mulher e o homem assumem grande importância e são extrapoladas a todos os níveis das representações sobre a mulher e o homem. A diferença entre as faixas etárias é muito mais tênue. Como indica Zahidé Machado Neto,⁹ muitas vezes a menina é definida como “mulher pequena”.

Não estaríamos exagerando ao afirmar que encontramos entre os funcionários uma visão de si mesmos e do mundo diametralmente oposta. Sua origem e trajetória social diferem muito das dos operários. Os funcionários alocados em tarefas administrativas ou semibraçais em cargos de *representação* nasceram no

interior ou na capital de São Paulo, em sua quase totalidade. Os que nasceram fora do Estado vêm de outros meios urbanos menores. Entre as ocupações dos pais desses entrevistados, encontramos alguns cargos públicos, geralmente referidos ao pai; a maioria das mães se ocupava das funções domésticas, mas encontramos costureiras, lavadeiras, etc. O cargo público ocupado pelo pai era de baixa qualificação. Entretanto, a prevalência, mesmo no caso dos pais, não recai na categoria de funcionários públicos, mas na de trabalhadores semi-autônomos e autônomos.

O ingresso no serviço público apresenta características específicas em relação aos funcionários alocados nas tarefas braçais. Duas modalidades aparecem entre nossos casos: concurso e nomeação por influência política. No primeiro caso, geralmente o funcionário teve a oportunidade de saber que havia concurso por intermédio de amigos ou parentes que trabalhavam numa determinada repartição. Nos casos de nomeação por influência política, os entrevistados não prestaram informações mais detalhadas, limitando-se a afirmações como: “entrei por política”, “o patrão da minha irmã conseguiu”, “foi um deputado federal”.

Aparecem na trajetória profissional outras ocupações, geralmente autônomas e semi-autônomas. O que mais nos chama a atenção no estudo dessa variável é o fato de não haver nenhum caso que apresente no seu passado o trabalho na agricultura, enquanto esse dado está presente na biografia de todos os operários e na trajetória de alguns dos funcionários não ligados a tarefas administrativas.

Estamos diante de um grupo que, de certa forma, conquistou o que havia de mais desejável dentro de suas alternativas objetivas possíveis. O fato de não existir explicitamente uma tarefa que requeira uma qualificação específica coloca-os virtualmente numa concorrência com milhares de outros indivíduos. Mesmo os concursados percebem que o acesso às informações e possivelmente alguma ajuda lhes foram oferecidas por vias que transcendem sua capacidade de trabalho ou qualificação.

Na análise deste material, detivemo-nos muito na tentativa de encontrar, além de toda a rede complexa de determinações, o fator mais relevante que pudesse explicar a especificidade desse grupo e de seu *habitus*.

O perfil do funcionário público, erigido em estereótipo, nos é bastante familiar, no que se refere ao senso comum. As ciências sociais contribuem igualmente com um modelo, no qual é fundido na categoria mais geral de classes médias, politicamente conservadora, socialmente transicional, moralista. A descrição marxista do pequeno burguês não contradiz fundamentalmente esses quadros, ao contrário, fundamenta-os historicamente.

O subgrupo que escolhemos entre os funcionários para uma análise mais detida pode ser relativo à burocracia. Defrontamo-nos, portanto, com os burocratas do escalão mais baixo. Conceitualmente, vamos encontrar aqui outro estereótipo, o da atividade profissional imprimindo a seus executantes seu selo

que se manifestaria no gosto pela ordem, na rigidez, na mediocridade. Bourdieu¹⁰ prefere inverter essa ordem de causalidade, colocando nos agentes a predisposição para a atividade burocrática, predisposição essa derivada de sua posição social: “Não devemos, pois, identificar certos traços aparentes das camadas mais baixas da pequena burguesia (empregados, funcionários médios e subalternos), tais como a tendência a se refugiar no formalismo ou no extremo rigor da relação com o regulamento, como um efeito puro e simples da organização e prática burocráticas. Ao contrário, é fácil mostrar que esses traços, que podem ser encontrados fora da situação burocrática, exprimem, segundo a lógica desta situação, o sistema de valores implícitos ou explícitos ou as *virtudes*, como probabilidade, minúcia, rigor moral e propensão para a indignação moral que os membros das camadas inferiores das classes médias (onde são recrutados os pequenos funcionários) derivam de sua posição (definida dinamicamente) na estrutura social e que seriam suficientes para fazer com que se dispusessem a aderir aos valores do serviço público e às virtudes exigidas por uma burocracia; se as carreiras administrativas não constituíssem para eles o meio por excelência de ascensão social.” No mesmo trabalho, Bourdieu esclarece o que entende por “posição na estrutura social definida dinamicamente”: “A pequena burguesia, classe de transição que se define fundamentalmente por aquilo que não é mais e por aquilo que ainda não é, extrai inúmeras atitudes, de uma posição, de dupla oposição, em relação às classes superiores e em relação às classes populares.”¹¹

Aceita a colocação acima, resta procurar em outra instância o vínculo mais significativo entre realidade social e hábitos. A burocratização da tarefa não constitui, aliás, característica especial do grupo que pretendemos compreender. No que se refere ao desempenho da tarefa, parece-nos que a maioria dos autores que se ocuparam da burocracia foi levada a admitir que, segundo muitos indicadores — como criatividade, iniciativa, envolvimento no trabalho — as tarefas dos profissionais alocados em instituições tipicamente burocráticas não diferem das demais, uma vez que a burocratização é a tendência natural do crescimento e complexidade das organizações em geral.

A procura da especificidade das condições sociais do grupo estudado nos conduz, por força, a transcender o nível do desempenho da tarefa e da estrutura de poder intra-organizacional; remete-nos ao segmento social onde são recrutados os funcionários ou a variáveis mais abrangentes que a dimensão da tarefa, no que se refere à sua experiência de vida no trabalho.

Nossas conclusões preliminares sobre essa questão salientam a interação entre esses dois aspectos como o fator primordialmente determinante de uma dada organização do mundo, a partir das experiências de vida e da trajetória social do grupo.

Os funcionários ligados a trabalhos braçais e semi-braçais em instituições educacionais e de saúde são recrutados nos mesmos estratos sociais que os operá-

rios; aqueles alocados em funções administrativas provêm de famílias urbanizadas há mais tempo, com passagem prolongada em cidades do interior ou com um passado relativamente longo na capital. Não se trata de grupos decadentes; seus avós, com frequência, trabalhavam na roça. São todos brasileiros natos; raramente algum avô é imigrante.¹²

A categoria mais abrangente no que se refere ao trabalho consiste na afiliação ao estado.

Para entender o significado dessa afiliação e a maneira pela qual ela se dá, cumpre, em primeiro lugar, deslindar o que significa o estado, ou melhor o “governo”, como eles preferem, nas representações dos agentes.

O estado é uma entidade onipotente, toda-poderosa, onipresente. Nenhuma injunção pesa sobre as decisões governamentais; o governo pode fazer tudo o que quiser, desde que se proponha a isso. Baixar o custo de vida, por exemplo, apresenta para o governo o mesmo grau de dificuldade (quer dizer, nenhuma) do que aprovar a lei que autoriza o divórcio: “Se eles abordassem um assunto... um tipo de decreto, assim, que... decreto assim para não deixar o custo de vida subir era mais importante que o divórcio. Porque não subindo muito o custo de vida, muita gente melhorava a situação.”

Segundo outro entrevistado, “até o governo é pequeno diante de Deus”.

Poderíamos dizer que os indivíduos se sentem, não inseridos, mas imersos no estado. Essa representação não passa pela tarefa que executam nem pela instituição na qual estão alocados. É uma referência direta, total, absoluta. O tipo de interação com o estado é de tipo identificativo, e nos remete a constelações muito regredidas do ponto de vista do desenvolvimento emocional. Max Pagès, em sua pesquisa sobre a organização que denominou hipermoderna, salienta a identificação do tipo materno e não paterno que os funcionários mantinham em relação ao poderoso organismo multinacional ao qual pertenciam.¹³ No nível mais regredido de uma identificação com a mãe, há o *ser* e não o *fazer*.¹⁴

Resumindo, o emprego público constitui uma forma de ascensão social, dada a trajetória do grupo; a relação com o estado é de tipo identificativo; o que há de mais valioso, no vínculo, é a pertinência; grandes frustrações são oferecidas no presente, mas uma total segurança é garantida para o futuro; o mundo fora do estado é visto como repleto de ameaças terríveis.

A constelação acima está muito próxima da rede de oposições que Laing¹⁵ vê na família. Baseando-se nas teorias sobre a esquizofrenia de Bateson, esse autor desenvolve a idéia do “duplo laço” na relação com a mãe, que é uma situação sem saída. Como na família, não se pode abandonar o campo. Igualmente como na família, restam aos agentes as queixas que não chegam a ser propriamente reivindicatórias, as acusações, as expectativas. Cremos ter encontrado a explicação que procurávamos para a semelhança que já apontamos entre as expectativas em relação ao ho-

mem entre as operárias e aquelas em relação ao estado nos funcionários públicos, tanto homens como mulheres.

O duplo laço em que se encontram imprime ambigüidade a todas as coisas. O discurso dos funcionários públicos é uma seqüência de frases onde aparece uma idéia e seu contrário.¹⁶ O caráter obsessivo da atividade burocrática adapta-se perfeitamente a esse quadro mental de infinitos giros do pensamento sobre si mesmo, sem finalização.

A impossibilidade de abandonar o campo é muito mais um produto da situação de duplo laço do que de um cálculo sobre as vantagens futuras. De resto, o indivíduo que vive o duplo laço acaba por se sentir realmente incapaz de fazer qualquer coisa. A perspectiva temporal é amorfa; nada de novo vai acontecer no futuro porque tudo está sendo investido na manutenção do *status quo* e na reprodução das mesmas condições para os filhos. Ao contrário, aparece o medo de que algo mude. Qualquer alteração ameaça fazê-los voltar para as condições de que vieram. Enquanto os operários fantasiam, de qualquer maneira — até o extremo da volta de Cristo — uma reviravolta depois da qual a justiça será feita, o baixo funcionalismo público representa para seu próprio futuro uma continuidade, com freqüentes fantasias de perder o que adquiriu num passado relativamente recente. Esse quadro leva ao apego aos *sinais de distinção*, e, de maneira mais ampla, à valorização das dimensões simbólicas. Ao contrário dos operários, nos quais a concreção não é abandonada em nenhum momento, encontramos aqui uma recusa de descer ao concreto, um rodar em círculo em torno daquilo que as coisas podem significar. A função do apego ao simbólico enquanto sinal de distinção ou identidade de classe foi descrita por Bourdieu nos seguintes termos: “De fato, nada mais falso do que acreditar que as ações simbólicas nada significam além delas mesmas: na verdade, elas exprimem sempre a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção.”¹⁷ O caráter encobridor do simbólico é igualmente apontado por esse autor: “O jogo das distinções simbólicas realiza-se, portanto, no interior dos limites estreitos definidos pelas coerções econômicas e, por esse motivo, permanece um jogo de privilégios das sociedades privilegiadas, que podem-se dar ao luxo de dissimular as oposições de fato, isto é, de força, sob as oposições de sentido.”¹⁸

O medo, e em muitos casos até mesmo a indignação, em relação às mudanças pode ser explicado no mesmo contexto. A construção simbólica do universo esbarra a cada instante com o teste de realidade, que a denuncia. O ritualismo ajuda a proteger os indivíduos contra o risco de olharem para qualquer outra direção.

Portanto, nada se espera de fora, posto que as condições estão dadas e este emprego jamais será abandonado; nada de diferente se espera do futuro; em ambos os casos, o que pode talvez vir a ocorrer não é função da atividade dos próprios agentes; não se pode olhar em volta, ver as circunstâncias que envolvem as dimensões de uma vida particular; mesmo essa di-

menção tem que ser encoberta com todo o aparato simbólico possível dentro das condições materiais existentes.

O mundo intradoméstico constitui a arena da qual ninguém tira os olhos. Os recursos existentes, principalmente os domésticos, desempenham um importante papel e são disputados palmo a palmo. Se um insumo diferencial é impossível, todo o investimento se faz no sentido de se chegar a alcançar um consumo diferencial. Essa tarefa de maximização dos recursos e sofisticação do consumo, primordialmente feminina em outros grupos sociais, encontra entre os funcionários a colaboração de ambos os membros do casal; é possível que essa tarefa primordial, dada a sua especificidade, esteja até mesmo sendo feita em sua maior parte por ela.

¹ Refere-se à técnica de entrevista na qual o entrevistado é solicitado a falar de si mesmo, sem interferência do entrevistador.

² Cf. Bourdieu, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris, Droz, 1972.

³ Rodrigues, Aracky Martins. *Operário, operária*. São Paulo, Símbolo, 1978.

⁴ Rodrigues, Aracky Martins. *Visão do mundo e disposições em relação aos trabalhos diferenciais por sexo entre funcionários públicos de baixa renda*. nov. 1978. mimeogr.

⁵ Isto é, de renda familiar equivalente à dos operários estudados na primeira investigação.

⁶ Evidentemente, em se tratando de um trabalho exploratório, com um número muito pequeno de casos estudados, as afirmações desse tipo comparecem como mera curiosidade.

⁷ Cf. Bourdieu, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: Miceli, Sérgio, ed. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

⁸ As entradas e saídas no mercado de trabalho são produto de um cálculo das vantagens e desvantagens. Quando os filhos são pequenos, pagar alguém para cuidar deles, os gastos em condução, etc. fazem do trabalho remunerado fora do lar uma atividade pouco rendosa, quando não antieconômica.

⁹ Cf. Machado Neto, Zahidé. *As Meninas*. Comunicação apresentada no Seminário “A mulher na Força de Trabalho na América Latina”, no Rio de Janeiro, em novembro de 1978.

¹⁰ Cf. Bourdieu, Pierre. Condição de classe... op. cit.

¹¹ Cf. Bourdieu, Pierre. Condição de classe... op. cit.

¹² Caberia uma investigação mais detida sobre essa questão; quer nos parecer que, em qualquer escalão do serviço público, e porcentagem de imigrantes, ou seus descendentes, é irrisória para uma cidade como São Paulo.

¹³ Pagès, Max. Conferência proferida na Fundap, São Paulo, em outubro de 1978.

¹⁴ Winnicott, D. W. *O Brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

¹⁵ Laing, R. D. *A Política da família*. São Paulo, Martins, s.d.

¹⁶ Max Pagès encontrou essa mesma constante no discurso dos funcionários da multinacional estudada.

¹⁷ Bourdieu, Pierre. Condição de classe... op. cit.

¹⁸ Bourdieu, Pierre. Condição de classe... op. cit.